



# As águas termais ou termo-medicinais de Braga (Terá Braga águas e fontes termais ou termo-medicinais?) Aurélio de Oliveira

Deu o *Diário do Minho* (em 3 de Junho 2007) a notícia acerca dos trabalhos e investigações do Prof. Alberto Lima sublinhando que este docente e investigador da U. M. “acredita existir água termal em Braga pelo estudos que conduz sobre a hidrologia e geologia da região bracarense”.

Uma notícia que serve de mote e pretexto à divulgação de alguns dados históricos que há muito temos recolhidos de leituras e papéis vários relativos à cidade que aqui apresentamos em homenagem à saudosa Dr.<sup>a</sup> Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos deste modo lhe agradecendo todas as facilidades concedidas nas nossas frequentes visitas ao Arquivo que tinha à sua guarda e responsabilidade.

## 1

Do ponto de vista histórico cremos que não há, efectivamente, lugar para meras suposições acerca deste assunto. A avaliar pelos dados histórico-documentais que é possível sumariar acerca dessa realidade, sendo certo que algum recurso á toponímia o poderá também fazer supor ou corroborar. Essas suposições sustentadas pelos estudos geológicos e hidrológicos vão, na verdade, ao encontro de certezas históricas e dados históricos de que se dispõe (uns mais conhecidos outros, de facto, menos e ao que julgo, alguns mesmo ainda inéditos).

Por outro lado, como dissemos, alguma toponímia local ou muito próxima também ajuda a sustentar essas suposições. O topónimo *caldas* com que os romanos designavam os locais dessas realidades termo medicinais – de que eram exímios aproveitadores – vão, na verdade, no mesmo sentido. Uma toponímia romana a indicar o mais que previsível aproveitamento dessas águas da redondeza bracarense muito próxima, para não subirmos um passo, ali para as termas das *caldas* de Caldelas ou descermos outro passo, para as *caldas* das Taipas. Mas, aqui bem perto, fora de portas da cidade, existe também o topónimo *caldas*.

Ainda se poderão coligir outros dados quase da mesma ordem, deixando, embora, isso ao melhor cuidado do arqueólogo. Parece que no Sítio de Urjais abaixo do Mosteiro da Conceição foi notado que do tempo de D. Rodrigo de Moura Teles se encontraram vários vestígios de construções romanas, (entre eles restos de aquedutos). Essas estruturas podem muito bem estar relacionadas com aproveitamento de nascentes. E é certo que nessas imediações existiu desde remotos tempos uma fonte – a Fonte da Moura. Restará saber se do mesmo tipo de águas ou das nascentes que de que há conhecimento seguro mais a montante do Rio Este. (Ficamos aqui pelas hipóteses. Ainda que remotas, embora, algumas leituras como alguns achados por esses lugares de Urjais (e nas imediações da actual Clínica de S. Lázaro), o possam sugerir. Na verdade, ao que também se refere, parece que o “povoamento” romano descia, por essas bandas, praticamente até à margem do rio. “A cidade romana estendia-se desde a Igreja de S. Pedro de Maximinos (a primeira da Cidade) muito próxima da fonte de S. Pedro e se prolongava pela margem direita do

rio Este até cerca do Hospital de S. Marcos, de que nos ficaram inúmeros testemunhos pelo lugar de Urjais...” (E pouco adiante, como se sabe, acha-se ainda a Fonte do Ídolo).

Sena Freitas apontando capítulos de uma *Memória* de P. Marcelino Pereira (de que não tenho mais notícia) dá conta de um capítulo consagrado às “fontes notáveis por suas virtudes que existem no Arcebispado de Braga”. (e onde, bem plausivelmente, se daria conta destas águas). No *Aquilegio Medicinal Lusitano* (de 1726) nada vem referido. Apenas se alude para Braga, a uma Fonte de S. Geraldo e à antiquíssima Fonte de S. Pedro de Maximinos cuja água se refere como “milagrosa”. Entretanto, um boticário bracarense (Fr. Cristóvão dos Reis) que tratou das fontes do Entre Douro e Minho, também não refere as águas medicinais da cidade embora se tenha ocupado das da Fonte da Carcova quando as águas férreas e sulfurosas da bacia do Este, eram, à altura, já bem mais conhecidas.

## 2

### Há, porém, outras certezas

Em Braga ou em locais outrora a ela muito circumpostos, e hoje praticamente metidos e englobados já no seu tecido urbano, (como é o caso de lugares de Soutinha, Espadanido e outros) chegou-se mesmo, em certa altura dos tempos passados, ao conhecimento de águas termo-medicinais. Mais: a documentação original (cremos que pouco divulgada ou conhecida) mostra que se chegou ao seu aproveitamento e, mais tarde à implantação de umas termas que, pelo facto de modestas ou toscas (isto é, não monumentais), devem ser assim, efectivamente, designadas, como o foram, aliás. “Estâncias” termais que, entretanto, se perderam, ou se não se puderam convenientemente aproveitar. Não sabemos se por razões estritamente técnicas se por interesses ou possíveis interesses lesados de particulares em cujos terrenos foram detectadas e descobertas, alguns dos quais eram senhorios de respeito. Que várias vezes houve boicote

a essas águas, não há também dúvidas. Que hoje (ou desde ontem), todas essas nascentes se acham (acharam) totalmente inutilizadas pela poluição, também não se duvida.

Na verdade, por razões do mesmo tipo ficou abortada uma manufactura de papel em moldes modernos que outro cidadão e, por curiosidade, aparentado ainda do proprietário que se arrogou a posse dos terrenos e do próprio álveo do Rio onde o industrial e comerciante Tomé Rolão quisera instalar a sua moderna manufactura de papel. (*Vide A fabrica de papel do Rio Este*).

Todavia, neste caso terá tido mais responsabilidades o desleixo deixando cair ou perderem-se as primeiras iniciativas do seu aproveitamento, (degradando-se ou poluindo-se as suas fontes ou nascentes). Assim, do que já existiu, nada restará de aproveitável para conforto e razão dos que primeiro as boicotaram!

Estas termas, “modernas” parece terem funcionado até tempos relativamente próximos pois tiveram estas águas aproveitamento por toda a segunda metade e até fins de Oitocentos – e assim acontecia ainda nos inícios do Século XX.

Não cremos, como hoje pensamos ainda, que por se esgotarem e ter perdido, por completo, a natureza original dessas águas, sustentando, como alguns, que nunca existiram aqui quaisquer águas termo-medicinais (fêrreas ou sulfurosas). Desconhecemos a origem e dados que suportem tal afirmação. O contrário sim, e várias vezes ao longo dos tempos. Não temos conhecimentos bastantes de Hidrologia e Geologia para o sustentar mas parece seguro poder afirmar-se que essa e outras componentes químico-mineralógicas, não se esgotam como o açúcar que se mistura (ou não mistura) nas águas de um copo, mas é inerente ao lençol freático onde tem origem e muito mais, até, do que devido à composição dos terrenos por onde fazem mera e rápida passagem até aflorarem nas nascentes. É seguro também que a poluição lhes pode retirar em parte essas qualidades, combinando ou degradando a sua natureza original e intrínseca, mas isso é outra história que nada tem a ver com essa sua natureza intrínseca original.

*Braga tem, de facto*, mesmo, águas termais ou termo medicinais e hoje dentro do seu circuito urbano. Ainda o eram assim, há pouco mais de uns cem anos, documentadas e atestadas por várias análises químicas de que não poderemos, efectivamente, duvidar.

## 3

## Alguns dados histórico-documentais

Em 1803 assinalou-se (nas actas da Vereação camarária) a “descoberta” de águas medicinais em Braga. Parece, à primeira vista, a divulgação de uma realidade recente, o conhecimento de uma realidade nova. (Diga-se que a “descoberta” das propriedades medicinais, que as fontes – como parece lógico – já lá corriam há muito tempo. Não fora “mistura” recente e desde há bastante tempo que essas fontes vinham, até, sendo aproveitadas ou utilizadas, seguramente, por causa também das suas qualidades – que não seriam, assim, tão desconhecidas. É certo e seguro haver delas notícias em tempos já anteriores.

Todavia, correria ainda bastante apagada essa fama a avaliar pelas respostas que o Pároco deu ao Inquérito Paroquial (de 1758) pois era uma das perguntas constantes do dito Inquérito de Pombal enviado aos respectivos párcos. O de S. Lázaro, parece que não conhecia bem os terrenos e recursos onde pastava, bebia ou se lavava o seu rebanho! Mas aceita-se que não seria, então, muito grande a sua fama. Isto se não houve mero desleixo ou displicência ao que Pombal ordenara, aliás, patente em muitas respostas que foram enviadas para a Corte. Não teve grande cuidado em satisfazer esse quesito relativamente ao “seu” Rio ou ao seu território. Mas pode aceitar-se que não fossem célebres as propriedades terapêuticas destas águas. Assim, disse que na sua Paróquia de S. José de S. Lázaro “não havia fontes nem lagoas e não têm as águas do Rio Este virtude particular conhecida”. Fica seguro, pelo menos, que este Sr. Abade, nunca delas se tinha socorrido!

Todavia o Pároco não foi muito metuculoso. O Vigário José do Couto Ribeiro, não fez jus ao seu nome! De facto, no *Ribeiro* ou Regato do Este existia uma fonte com propriedades medicinais conhecidas não se sabe desde quando, mas de há muitos tempos atrás. Na verdade, elas eram suficientemente conhecidas para que a edilidade ou o Senhor de Braga (à altura D. Rodrigo da Cunha) tivesse mandado fazer, pouco acima da Ponte de Guimarães, um condigno fontanário para seu melhor aproveitamento. *Expensis Publucis. Anno 1639* – como ainda se lê na inscrição que ostenta. Já existiam lá. Tinham aproveitamento e, por isso, houve que melhorar o acesso e o estado da fonte para melhor comodi-

dade das gentes que da sua água se socorriam. Uma realidade, pois, mais que bicentenária àquela altura. Um Fontanário feito a expensas da Câmara. É certo que não se referem as qualidades dessa água, mas deveria ser bem reconhecida pois se não justificaria o seu aproveitamento e o levantamento de um Fontanário longe das portas da cidade, e mesmo rasando as águas do Rio Este, praticamente metidas no leito do rio e quando dessa água era impossível a canalização para as fontes da Cidade, propriamente dita.

Parece lógico que a nascente aí existia desde tempos anteriores e nada nos admiraria que a "descoberta" viesse do tempo da Bracara Romana, à altura nem tanto assim afastada do núcleo urbano da Cidade Romana, que da colina de Maximinos se estendia por aí, como dissemos descendo até às margens ou proximidades do Rio e até às imediações do Hospital de S. Marcos – até à margem de um antigo pequeno regato que deu origem mais tarde à Rua das águas ou Rua d'Água. Na verdade, muitas das povoações romanas coincidiam e/ou andavam perto de águas termo-medicinais. (Nem vale a pena citar exemplos). Mas as notícias mais antigas parece, por ora, confinarem-se a esta data: a construção de uma fonte Pública no Lugar dos Galos em 1639 para condigno e mais decente desfrute da água que aí existia. Seguramente porque, à altura, tinham já aproveitamento público.

#### 4

Façamos um grande salto no tempo para ver como se noticiava por 1880/90 a existência destas águas ou as peripécias acontecidas com estas águas termais bracarenses.

Dizia-se em 11 de Agosto de 1887:

“Foram recentemente descobertos no Sítio dos Galos alguns poços de excelentes água sulfúrias que a Câmara tenciona agora explorar como nos disseram, se não aparecer alguma empresa particular que se proponha fazê-lo. Afirma que “que nesta data já foram enviadas garrafas

dessa água para os laboratórios do Porto para se proceder às respectivas análises. Junta-se que já houve no Lugar dos Galos uma *concorrida Estação Balnear* e que as águas agora encontradas não são novidade nenhuma para as pessoas da mais idade que ainda se lembram dos ditos *Banhos dos Galos*". (Sublinhado nosso). I.é: poços que em tempos anteriores ali foram construídos).

No dia 23 Agosto de 1887, continuava-se o assunto das águas.

"É de tradição, que os mais antigos recordam, que houve aqui uma *estação balnear muito concorrida de gente da cidade e das vizinhanças* que obrava curas excelentes para várias moléstias, em especial doenças da pele, devido à grande carga de enxofre que as águas continham.

Segue-se a notícia de um primeiro "atentado" a essas águas: Na verdade, diz-se também que *vários* desses poços foram depois aterrados pelos proprietários dos terrenos marginais do Rio Este tendo ficado ultimamente apenas um que existe junto à Fonte do Galos o qual continua sendo mais ou menos concorrido. É esse poço que abriga a Casa dos Banhos".

Quer dizer: A Estação Balnear, já inutilizados os outros poços, implantou-se sobre a nascente, praticamente no meio do rio que seria lugar público, (embora depois alguém viesse a contestar essa qualidade, reivindicando-o como também como particular). De nascentes *várias* teria ficado apenas só uma. Mas surgiriam outras com iguais qualidades, provavelmente, até, fruto do aterro dos outros poços circumpostos.

Os calores e a seca deste ano de 1887 foram muito grandes. Os rios "mingaram" e o regato do Este mostrou os ossos mirrados do leito como nunca. Ficaram, então, patentes outras nascentes no álveo do rio, agora a descoberto:

"Ultimamente com a muita seca que secou quase por completo o Rio, apareceram outras fontes no seu álveo também com águas sulfurosos que tem sido visitados por muita gente e por médicos entendidos que têm reconhecido o seu inegável valor terapêutico para várias afecções da pele".

Continua o articulista: “Seria de grande utilidade a sua exploração. Há também, ali uma excelente fonte de Águas Férreas que se pode comparar ás melhores do género que até hoje são conhecidas”. I. é: duas águas irmãs mas de natureza química diferente: umas sulfúricas (aproveitadas já na estação balnear que poderiam propiciar o alargamento da estância), e estas férreas (que não sabemos se “iam”, à altura, á mesma “estação”)!

Surgiria, então a outra tentativa de alargamento ou aproveitamento destas outras, recém “descobertas”. Anota: “sabemos que o Sr. António Lino Souto Mayor, importante capitalista da Cidade, já fez uma excelente exposição à Câmara para o aproveitamento dessas águas propondo-se arcar com metade dos gastos a efectuar que, aliás, – junta – não serão muito grandes”.

Na vereação da Câmara, porém, e contraposta à oferta (do dito capitalista) apareceu também uma outra proposta de um dos vereadores parece que atento ou mais atento ao bem público, para o “público” aproveitamento das águas ser de exclusiva responsabilidade da Câmara.

No número de 30 de Agosto, refere-se novamente a fonte de *águas sulfúreas e férreas que alimentam os Banhos no Sítio dos Galos*. (Sublinhado nosso. As duas, por conseguinte). Assinala-se com precisão a nascente: “Fonte essa junto do segundo açude da Ponte da Soutinha, perto de casa de um brasileiro que edificou a mesma no leito do Rio (!!!). Um jeito bracarense que ficou como pergaminho de excepção: construir no leito do Rio!). Continua-se: “Esta é água muito boa; veia cristalina e límpida que desce para o rio”. O articulista inspecionou o local. Confessa: “Já não vi os poços que aqui houve há cerca de 40/50 anos (isto é, por 1830/25) mas vi os encanamentos (que dos poços se tinham feito) para o rio. (Quer dizer que entre 1800 e estes anos se efectuaram aqui obras e que as águas tiveram (ou continuavam) tendo aproveitamento.



## 5

## Mais nascentes

“Estas águas corriam de Nascente para Poente numa calçada que foi depois substituída pela que hoje aí existe a qual, ao fazer-se, destruiu ou atuiu grande parte destas águas”. (Tomariam, pois, outro rumo – que a água não se apaga como o fogo. Quase sempre toma outros giros). Continua: “há cerca de uns vinte anos (i. é, c. 1860) sob as pedras do dito açude apareceu outra fonte – nascente sulfurosa mas que há cerca de uns doze Anos (c. 1868/70) desapareceu também por ter havido meximentos no local”. (Originaria, seguramente, outra ou outras derivas).

Em esta notícia continuam as referências acerca destas terapêuticas águas: “É público que se operaram várias curas a mais célebre das quais a do Padre Bernardo Pimenta gravemente doente da eczemas da pele”. (Menos afortunado da sorte que o antigo P. Ribeiro, de S. Lázaro, soube de pôde este socorrer-se do recurso das águas termo-medicinais de Braga, com todo o sucesso. Outras pessoas que frequentavam as mesmas águas tiveram idênticas “recompensas” do seu uso.

É natural que estas curas, cada vez mais propaladas, despertassem cada vez mais a atenção da população e dos técnicos de saúde. Refere o Jornal em 13 de Setembro (desse mesmo ano de 1887) terem-se realizado novas análises: “várias análises que tem sido feitas a estas águas e que tem comprovado a sua excelente constituição mineralógica e terapêutica”.

Não estranha, por isso, que cada vez mais surgisse o interesse pela exploração “industrial” destas águas. Em 5 de Outubro exara o articulista a notícia de um Requerimento apresentado em Câmara para o seu aproveitamento por parte de António Lino da Cunha Souto-Mayor para abrir poços nas suas propriedades a fim de fazer a sea conveniente utilização. De facto, consta que tal requerimento foi apresentado em Câmara em 5 de Setembro de 1887. Aqui o requerente prescindia agora da metade dos custos que a Câmara suportaria, arcando com toda a despesa do empreendimento! Pensamos que da posse de seguras informações que suportassem esse risco.

Estas notícias do *Commercio do Minho* não referem aqueles dados anteriores já aqui apontados e outros que se podem juntar, convergindo todos na importância das qualidades termo-medicinais destas nascentes.

## 6

Assim:

Estas notícias e “descobertas” (dos anos Oitenta) são, na verdade, bem precedidas de referências às mesmas águas efectuadas já em tempos anteriores, e várias vezes. As mais importantes e circunstanciadas dessas notícias datam de cerca de 1830 por mão de Viera Gomes o qual junta elementos importantíssimos acerca da alta antiguidade desta água. Damos-lhe todo crédito, por cuidadoso e meticoloso em tudo o que relata:

“Não consta a origem da “Fonte dos Galos – lugar onde há (umas) águas sulfúreas e de específico remédio, a qual será, *de remota antiguidade*” (Sublinhado nosso).

“Em tempos não muito distantes se observarão no leito do Rio, no sítio dos Atlantes, dois poços lavrados em pedra (Obs: logo, construídos em tempos anteriores) que indiciavam merecimento e induzião a crença de *ser obra de antigos povos* e entre o dezoito apenas se conhecia um deles pelo nome de Poço dos Caens por serem aquelas águas um remédio específico do mal da morrinha. No mesmo lugar a atmosfera ambiente mostra um cheiro sulfúreo. É a tradição mais constante e notável de semelhantes águas o testemunho que se observa em alguma distância. *Em a Deveza próxima* se acharão posteriormente águas estagnadas da referida natureza *com resíduo de tanques – obra mais antiga*, (Sublinhado nosso. Dado importante a indicar, nesta altura, resíduos arqueológicos atestando, bem possivelmente, a sua utilização muito antiga ou “anti-quíssima” – como acima refere o mesmo autor). “Porém, a incúria de alguns, e malevolenta de proprietários de tais lugares, inutilizarão aquele bem público destruindo os tais tanques, escurecendo uma maravilha Bracarense e Provincial”.

“Em tempos, contudo, mais próximos e com a ciência de um tal benefício, se animarão alguns e com desejos úteis promoverão a indagação de (tais) águas virtuosas e sujeitando-as à frequência dos que delas necessitavam, como que abrião um bem universal de riquezas para Braga. Mas foi de pouca duração porque, receando os proprietários vizinhos

a descoberta dos bens ocultos, procurarão demolir com subtileza as obras começadas e tornar perniciosas as águas medicinais. Autoridades houve que em benefício da Cidade com o poder que lhe competia (as promoveram). Chegarão a ter valor (estas) águas e fez-se o uzo delas com frequência (ainda que) sempre através (i. e, contra) da extravagância dos mal-intencionados”.

“Pôde, finalmente, obscurecer-se aquele benefício por falta de assíduos cuidados e zelo dos mandões territoriais até se conservar apenas as memórias daqueles trabalhos. Com os princípios à vista e com o zelo mais deligente da Camara Municipal se erigiu o poço que existe atrás da Fonte do Gallos, onde os benefícios saudáveis são ouros tantos certificados daquela maravilha”. (Vieira Gomes, cit.).

(Em nota, se diga que no circuito da antiga Quinta da Soutinha – hoje toda urbanizada) se encontra uma grande cisterna (ou poço-cisterna) toda em pedra e sustentada por dois grandes arcos. Estava quase completamente atuída por todo o tipo de entulhos como de resíduos industriais. O fundo, depois de limpo, mostrou um afloramento granítico onde há copiosa nascente. É evidente que serviu este poço-cisterna de regadio aos terrenos agrícolas dessa quinta, mas não soubemos determinar os tempos da sua construção que tanto pode ser recente (Séc. – XVII-XVIII como bem mais antiga).

Passados alguns anos, (c.1850-1852), vêm estas águas novamente à noticia por mão de outro interessado observador bracarense:

Nos *Apontamentos Gerais do Distrito* deste ano de 1852 Pereira Caldas (um polígrafo notável, mas pouco conhecido dos bracarenses de hoje), anota a existência destas águas férreas medicinais de Braga. Professor de Matemática e Física do Liceu Bracarense, deu-se ao cuidado de fazer e encomendar estudos acerca destas águas (1850-51). Das análises hidrológicas e químicas também por si mesmo efectuadas se confirmava a sua qualidade e a sua valia terapêutica. De outros estudos por si encomendados ao seu amigo Dr. Rebelo de Carvalho e Oliveira Pimentel – Lente da Escola Politécnica de Lisboa – receberia a mesma confirmação. A conclusão foi unânime: “Esta água pode e deve ser administrada vantajosamente em diversas affecções”.

As nascentes das margens do rio continuavam, pois, em “aproveitamento termal”. E há ainda testemunhos de que mesmo nos finais do Século XIX – inícios do Século XX (em tempos muito próximos) estas águas continuavam a ser utilizadas para tratamento vário: “aguas sulfureas que actualmente se acham em exploração para utilidade dos enfermos a quem são aplicáveis” – se dizia ainda pelo ano de 1900.

Por aquela altura (meados do XIX), a Edilidade procederia também a análises em águas “gémeas” – que brotavam numa fonte de igual teor – que aflorava mais acima, no lugar ou sítio do Espadanido. Estas águas vinham também, desde há muitos tempos atrás, a sofrer igual aproveitamento “medicinal”. “Recentemente” houve gastos com as análises de águas em Lamações (ou nos limites de), durante o ano de 1851 tendo-se encomendado a um dos vereadores “para proceder ao exame das *águas férreas* na freguesia de Lamações” (Caldas, *Ensayo* e em *Copiador da Correspondência expedida*). (Seriam as mesmas águas do Fraião/ limites com Lamações).

## 7

Voltemos aqui ainda mais atrás, aproveitando outras notícias, sobre estas águas.

Deve dizer-se, porém, que já anteriormente a todas estas referências, eram conhecidas e localizadas nas cercanias do Este fontes com propriedades medicinais de igual teor, na verdade, águas gémeas das margens do Este e que afloravam mais acima. Das primeiras de que temos notícia são as Fontes do sítio do Espadanido (hoje na freguesia do Fraião).

Deveriam conhecer-se também, desde muito tempo atrás, as qualidades dessas águas e é inegável que eram também aproveitadas pelas populações do lugar ou vizinhanças.

Nestes anos, ou por estes anos, em Braga e nas suas redondezas mineravam-se águas por todo o lado e se melhoravam e construíam novas fontes para dotar a cidade de uma rede (notável – deve dizer-se) de águas públicas (de excelente) qualidade. Várias fontes e fontanários já em exploração foram objecto

de atenção e melhorias. Uma dessas fontes ou nascentes, apesar de relativamente afastadas dos muros da Cidade, foi a destas águas do Espadanido, que à altura se sabia bem serem águas medicinais: *águas ferras do Espadanido* – como eram, sem dúvida, conhecidas e como foram, então, designadas. E mais o seriam a partir daí, pois sofreram consideráveis melhorias dotando-as o Arcebispo (Edilidade) com um Fontanário Público. (Mais uma vez, o pároco de S. Lázaro viajava ou conhecia muito pouco da sua Paróquia e vizinhanças, pois esta nascente existia, obviamente, ao tempo que dava aquelas notícias geográficas para a Corte, por 1758)! E é bem provável que desde há muito tempo atrás, se tivesse conhecimento das propriedades medicinais do conjunto destas outras águas (provenientes, seguramente do mesmo lençol freático) e com afloramentos em lugares distintos.

Passam, assim, estas águas a ser mais conhecidas desde 1772-1773, por terem sido objecto dessas obras e por se ter melhorado o seu acesso.

Este interesse pelas águas levaria em Braga, como dizemos, a importantes trabalhos hidráulicos e de captação nas redondezas, novas Fontes para abastecimento e também embelezamento de uma cidade que crescia em população e melhoramentos urbanísticos. Por esta altura (i. é c. 1760-70) diz um bracarense que deixou memórias da Cidade “que até aqui Braga se poderia considerar uma cidade feliz”. Uma expressão lapidar sublinhando as melhorias alcançadas na cidade e pelas populações em geral (e até cerca de 1770) e que, sem entorses, se poderá estender, aliás, a toda a realidade nacional dando conta da melhoria das condições e vida e das condições higiénicas **das** populações, sobretudo urbanas, de que as águas públicas eram indispensável condição.

As grandes e mais notáveis obras são, como se sabe, as empreendidas pelos Arcebispos D. José e, sobretudo, D. Gaspar de Bragança que dotariam Braga de uma rede notável de águas da melhor qualidade, buscadas por todo o lado nas redondezas, dotadas em vários passos de Fontanários artísticos de embelezamentos. (Pena que hoje toda essa rede hidrológica e arquitectónica – um património notável desta cidade – corra o risco de se perder para sempre (como aconteceu já com troços consideráveis de alcatruzes que a conduziam para a Cidade (que já nem se sabe onde param e quando a qualidade dessas águas, há tanto tempo buscadas e minadas – referimo-nos ao complexo das Sete Fontes) continuam de excelente qualidade nas suas nascentes).

A obra da Fonte das águas férreas do Espadanido enquadra-se nesse mesmo conjunto de melhoria das águas da Cidade e de alguns outros arranjos urbanísticos importantes. E, assim, felizmente, nos ficou a notícia, ainda que em referência breve, do seu arranjo e melhoramento ocorrido pelos anos de 1772/1773, quando consta a construção de uma Fonte ou fontanário que ali se ergueu “para melhor serventia do Povo”. A obra foi executada pelo Mestre Paulo Vidal natural da freguesia de Adaúfe que a arrematou “na forma do risco que se lhe apresentou” – como consta do “termo de Rematação da obra da nova fonte (sublinhado nosso, a indicar que existira aí outra que a precedeu) que este Senado da Camara manda fazer por ordem de Sua Alteza Real (obs: era o Arcebispo D. Gaspar de Bragança) – no sitio que fica mistico (*i.é. junto, próximo*) ao do Espadanido Arrabalde desta Cidade para asejo e resguardo e poder o povo com melhor comodidade Servirse da agoa ferrea *novamente descoberta* que faz Paullo Vidal Mestre pedreiro e morador na freg.<sup>ª</sup> de Adaufe, termo desta Cidade pela quantia de 80.000rs e da obrigaçam de a fazer na forma do risco que se lhe entrega asinada pella Câmara, tudo a sua custa e na forma do dito risco que viu e lhe foi presentado... Hoje 30 de Julho de 1773”. (*Liv.1 das Arrematações e Rendas. fl. 49-49v*). Tudo indica ser esta obra nova do risco do architecto Carlos Amarante, que pelos mesmo anos – (1773) seria nomeado Primeiro responsável pelas Obras Públicas da Cidade “tanto públicas como particulares” o qual, por sua vez, vinha riscando outras obras importantes na Cidade). Deu-lhe forma o cinzel de Mestre Paulo Vidal, por seu turno, muito associado (quase sempre associado) à execução de muitos riscos deste polifacetado architecto. Fica, pois, a notícia deste risco a par outros inéditos que já demos nota). Vide *Documentos e Memórias*, cit.; Vereações. Liv. 1920. 181v-183. Também, *Liv. das Arrematações e Rendas. fl. 38-60v.*)

O rio Este, naquele troço entre a Ponte de Guimarães e a Soutinha foi, na oportunidade, objecto e importante intervenção. É a mesma nota de assento que disso nos dá conta. Paulo Vidal, nessa mesma empreitada, assumiu ainda o encargo de, naquele lugar, mudar o Rio e limpar e remover todo o desentulho, para bom aproveitamento das águas medicinais do Espadanido: “como também (pela mesma empreitada e preço) mudará o Rio pêra o desentulho, formara as paredes pêra Sigurança delle” (*Liv. das Arrematações. Ibidem*). Para estes dois lugares (coroando esta obra de Vidal (continuando risco anteriores), voltaria Carlos Amarante pouco depois (em 1779) com duas importantes intervenções:

a construção de duas pontes: a de Guimarães e, mais abaixo a dos Pelames “em hum so arco”. (Vide *Documentos e Memorias* cit.). (Liv. De Vereações. 1920 fl. 181V-183); Cf. também, *Liv. dos Registos*.1755-1786 fl. 119v-125).

Por largo tempo que estas águas não deixaram praticamente mais rasto documental nas Actas da Vereação. Será que se perdeu o rasto e a fama de tais águas ou que elas terão, então, entrado no giro normal do seu aproveitamento? Tudo indica que foi isto que aconteceu.

## 8

Entretanto, e no tempo deste mesmo Prelado, (1775 – D. Gaspar) dava-se conta de nascentes nos limites de Lamações. Essas fontes vinham e eram conhecidas de anos anteriores pois desde o tempo do seu predecessor (D. José – 1741-1756) que há notícia desse aproveitamento. Diz-se, então, ser “água excelente e dela a mandou buscar o Senhor Arcebispo D. José de Bragança e seu sucessor D. Gaspar de Bragança pelos médicos a aventarem ser boa para a saúde” (cita em Eduardo Oliveira). Refira-se, entretanto, que nas notícias mandadas para a Corte, pouco antes 1758, mas posteriores a D. José), nada se refere sobre a qualidade destas outras águas. Diz-se, tão só, serem conhecidas aqui “duas fonte e (mas), nelas não há couza de que se faça memoria”.

Entretanto, por ali muito perto, nas Fontes do Este /Galos foram-se conhecendo e descobrindo outros olhos de água.

Em 1779 a par de gastos no conserto de outras fontes e outras águas procedeu-se também a “obras de conserto” na Fonte das águas Férreas dos Galos (*Liv. das Arrematações e Rendas. fl. 105v*). Pena não sabermos mais pormenores. Andavam, pois, em aproveitamento por esses anos, diligenciando-se o melhor acesso e asseio dessas águas. Assim era e parece que, entretanto, outras se iam “achando”.

Na Vereação de Setembro do ano de 1803 se exarou que “no sitio dos galos e no alveo do Rio Deste se descobriram *novamente* duas qualidades de agoas: umas ferreas e outras sulfurias das quais se tem aproveitado muitos enfermos

que com elas tem conseguido melhoras e perfeita saúde de doenças que passavam já por memoráveis... Logo mandarão que os cirurgiões fossem analisar estas “estranhas” e benéficas águas! (*Liv. 1929. 148v-149*). Em Novembro, parece terem já sido concluídos os estudos e o veredicto foi unânime: os peritos em Medicina nomeados concordaram nas ditas qualidades tanto nas do sítio dos Galos como nas do álveo do Rio Este (mas nada se diz sobre as do Espadanido. Estariam incluídas)?

Logo e por isso, tomaram a resolução de que ali, naqueles lugares, se havia de promover “*toda a obra que fosse preciso praticar-se para a boa conservação e uso de tais águas visto serem de tanta utilidade*”.

Alguma(s) nascente(s) situavam-se no “Campo do Casal” (no enfiamento das do Espadanido) pertença de Feliciano Azevedo Coutinho (o mesmo que impedira Tomé Rolão de avançar por ali com a sua fábrica nova de papel) e são férreas; outras nos Galos “e em pequenas outras fontes” (*Idem, 155V*).

Seguiu Precatório a Sua Majestade informado dos respectivos exames e pareceres médicos para aplicação dos dinheiros das Sisas (ou parte) *para se construir ali casa para tomar banhos* com as “ditas agoas termaes e ferreas” que no Verão próximo passado (isto é, no ano de 1802 – outro ano excepcionalmente seco) aparecerão no álveo do regato chamado “Deste e nas margens do mesmo”. E todos disseram que tais águas haviam dado provas das suas qualidades terapêuticas”. Era conveniente, por isso, realizarem-se ali “obras acomodadas” para tudo ficar conveniente”. Várias pessoas entre elas o Vigário de S. Lázaro (agora o P. Manuel Bento Ferreira) atestam das curas e melhorias operadas pelo seu uso. Muitos outros compareceram na Câmara para atestarem o benefício que sentiram com o uso das mesmas (*Idem, 157V-160*).

Em Novembro (1803) Concedeu Sua Alteza Real pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino que, da imposição consignada para as obras do Encanamento do Rio Cavado, se retirassem 600.000 réis /ano para as Obras das Águas Férreas que aparecerão nas margens do Rio Este”. (*Vide Registos de 1799-1806, Registo de concessão dos 600.00 réis para as obras da Cidade. fl. 287v-88v.*).



Em tempo, e quase em nota, se diga que no ano de 1794 começaram as diligências para o encanamento do Cávado. As imposições e taxas lançadas para o encanamento do Rio – que o tornaria navegável desde Esposende até ao Vau do Bico – começaram a ser levantadas, com muita oposição nos anos seguintes “com disparatada e enorme imposição nos vinhos e carnes. Alguns se quiseram opor mas sem efeito” (I Peixoto. 215). Diz-se que “esta obra do encanamento aborrecia toda a Província. Os povos fugião do Serviço” (Idem, 217). Além de mais taxas e impostos sobre as populações, grandes interesses ribeirinhos iam ser afectados.

Por motivos vários abortado tal projecto, morto o seu responsável técnico aqui em Braga – o Eng.º militar José Custódio de Vilas Boas por acusado de “partidário” dos franceses, (também acusado de corrupção, mas, na verdade as suas responsabilidades no Encanamento predispôs contra si toda a gente), os impostos, rateados e em parte lançados e começados a cobrar, nem por isso se extinguiram. Acabaram aproveitados, desviados, para outras obras públicas e outros fins. Entre outras, viriam também a custear as obras para o aproveitamento medico-termal destas “recém descobertas” – águas medicinais – ainda que reduzindo-se-lhe o montante inicial previsto.

Em 1808, depois de miseravelmente massacrado o Engenheiro, a Câmara vem com protestos ao desvio de dinheiros para as obras públicas, estradas da Falperra e das *Águas Férreas* (Sublinhado nosso) dando conta do sufoco das obras, atendendo a terem tais obras parado há muito tempo e esta Câmara se encontrar muito empenhada pelas avultadas despesas a que se tem feito no presente ano e passado” (*Liv.1931. 152v-153*). Parece, pois, que por estes anos terão parado também as obras das “termas” bracarenses. Na verdade, os tempos eram (iam) muito difíceis: as Invasões e as imposições de guerra, ora impostas pelos franceses, ora pela “Resistência”.

É certo também, que havia (e continuaria) a cobrança de taxas (para a obra do Encanamento que, parada, servia para outros fins) e isso continuou pelos anos seguintes embora se ignore se alguma fatia se destinou às obras nas Fontes termo-medicinais. Em 1817 o Provedor da Comarca de Viana pretendendo prestar contas ao Erário da Renda do Encanamento do Cávado e seus destinos (ou descamihos), pede à edilidade lhe preste contas pois, várias vezes solicitadas, lhe não havia ainda remetido nesta altura, nada! (*Liv. N.º 1935. 17v-18; 31-32*). (Quer dizer: não se sabia ou pretendia-se saber o destino dos dinheiros levantados).

O certo é que o montante que para elas se havia consignado, fora reduzido. Em 1806 O Inspector Geral das Estradas da Província do Minho, meteu mão na "ordem" de S. M. e desviou os 600.000/ano da contribuição aprovados para algumas obras do "distrito", consignado apenas 300.000 reis ânuos para o arranjo das obras das "aguas férreas sitas aos galos, suburbios desta cidade" (e enquanto, lamentavelmente, se deixava cair o Encanamento do Cávado, mas não os impostos!). Estas diligências correram de Maio a Julho de 1805.

## 9

lam começar alguns problemas com as estas águas e com as projectadas obras – que precisavam de fundos suficientes para seu conveniente aproveitamento público.

E, de facto, começariam pouco depois. Disso dá conta a Vereação de Agosto de 1808”:

“Acordaram, que por queixas que foram patentes nesta Câmara de que nas Aguas Férreas e Sulfúrias do Sítio dos Galos algumas pessoas lhe causavam ruína já metendo-lhe água do rio e já esfuracando o paredão que as defende do Rio, que toda a pessoa que da publicação deste acordão por bando público esfuracar o dito paredão (para o fazer cair) ou causar qualquer ruína às ditas Águas seja condenado em seis mil réis e que os almotacés terão muito a seu cuidado em notificar as pessoas que lhe forem acusadas, por qualquer particular” que tais danos fizeram ou causarem (*Idem. N.º 1931. 61-61v*).

A quando das Pretensões de Tomé Rolão (sobre a fabrica nova de papel) e a oposição que lhe foi movida, vêm outras indicações dignas de interesse para a história das águas termais de Braga.

Nos embargos do Coutinho, subscrito por muita gente (que ele, obviamente, ali levará), alegam-se razões, em que as estas águas são chamadas a defender

os interesses do poderoso embargante do Rolão. Diz-se, com efeito, que a Câmara tinha requerido a S. Majestade todo o sítio “desde Ponte de Guimarães até a Soutinha” para nele se fazer o passeio publico onde actualmente se anda trabalhando”. (O assento é de Setembro de 1807) e não pode haver cousa que mais o prejudique do que o empraçamento requerido como se passa a mostrar em o sítio aonde se querem acrescer as rodas e engenho (do tal engenho novo de papel que Tomé Rolão por ali queria instalar), *além de confrontar com as águas férreas* que ficam no meio do dito passeio publico e nada mais pode mediar entre ele e as ditas águas do que cinco varas de terreno e por isso também é o dito passeio desfigurado em semelhante obra por que havendo de ficar todo aquele passeio em golpe de vista que de uma e outra parte, se logra, o acréscimo do engenho o impede e há de estorvar a corrente das águas parentes do rio que necessariamente há de transbordar por cima do passeio e inundar a fonte das Aguas Ferreas e talvez com as areias aterrar os poços e as fontes destas águas. Além de todos os terrenos confinantes serem do embargante” (Idem, 114-116. Vide, *A Fábrica de Papel do Rio Este*). Parece, pois, ser este o argumento decisivo).

Será que o Coutinho, contra o Engenho de papel do Rolão pensava na exploração destas águas? O que é certo é que a fábrica de papel ficou bloqueada e as águas mereceriam de imediato algumas obras para o seu aproveitamento. E, mais tarde, um dos seus descendentes, virá a interessara-se pela exploração “industrial” destas águas, como consta dos “Requerimentos (que fez) António Lino da Cunha Sotto-Mayor, d’esta Cidade rectificando a oferta verbal que fez a esta Câmara de auxilia-la nas despesas a fazer com a exploração das aguas thermaes no sítio dos Gallos, dado o caso que a referida exploração não venha a dar resultado, e bem assim indicando a conveniência em mandar proceder à abertura de dois poços próximos à fonte da Soutinha e fora do leito do rio, devendo este serviço ser feito debaixo da direcção d’um thecnico entendido em mineralogia. Resolveu a Edilidade abrir mais dois ou três poços para a continuação da exploração das aguas thermaes de que trata o presente Requerimento, aceitando a proposta feita pelo requerente. Resolveu mais aproveitar as aguas encontradas por meio de encanamento, cujo orçamento foi appresentado sendo a sua importância de 50.000 rs” (*Arq. Municipal. Liv. de Vereações. 1886-88, fl.144v. 5 de Setembro de 1887*).

## 10 Conclusão

Ficam, pois, aqui estes dados históricos de que, quem obra, deveria ter ou deveria procurar ter conhecimento de factos e situações que obviariam a muito disparate construtivo, urbanístico e "ornamental" (para não falar possivelmente noutros). Pensam alguns que à História só interessa o passado. Enganam-se redondamente e, por isso, erram frequentemente. (como mais uma vez e lamentavelmente aconteceu com a destruição do Espaço do Campo de Vinha que de si era um valioso património histórico urbanístico que, por Séculos (desde o Grande D. Diogo de Sousa), os responsáveis pela governação de Cidade souberam e quiseram preservar. "Mas, entretanto... "tudo o betão levou"!...

Nesta oportunidade chamando atenção par uma riqueza mineralógica bracarense, em tempos já aproveitada, pelo menos em parte e que, hoje, graças à sofreguidão urbanística se encontra sepultada sob o betão que nunca deveria ter avançado do modo como se vê para do leito do Rio à espera de qualquer catástrofe que se encarregue de, por si, a qualquer momento, "alimpar tudo", como já aconteceu em tempos idos, pelo menos, duas vezes ( *Ver Nosso Clima e colheitas em Portugal. 1500-1850* ) tendo, então, as águas do pequeno Este arrasado tudo na sua passagem: casas, moinhos, arrancando e transportando enormes pedregulhos juntamente com árvores animais e as pessoas que não puderam escapar, semeando os destroços pelos campos ou arrastando-os até ao mar. Tudo se viu correr, no momentaneamente alargado leito, de um pequeno rio que, às vezes, entretanto, quase secava! E a natureza tende quase sempre a manter cíclicas estas catástrofes lembrando aos homens o limite das suas abusadas intervenções.

Outras fontes ou outras águas estarão entulhadas nas porcarias que se lançam neste rio que campanhas "sazonais" não conseguem pôr a salvo, sendo certo que isto não é só de hoje. Na verdade, as indústrias dos chapéus bracarenses poluíram já gravemente o Rio já no Século XVII, obrigando a intervenção camarária várias vezes, ora proibindo, ora regulando as lavagens dos chapéus e das lãs retirando a lavagem praticamente dos limites da Cidade (Vide *Braga dos Mesteres à indústria 1500-1820*). Na altura, parece que se defendia e havia algum cuidado com as águas do regato.

Qualquer que seja o tipo dessas águas (mas as qualidades químico minerológicas não se extinguem facilmente nem se “fazem” (como a mixórdia no copo, ou como o vinho de pichel ou de garrafa), as águas férreas e sulfúrias de outrora, continuarão com as suas propriedades originais intrínsecas. É certo, porém, que agora correrão consideravelmente enriquecidas com outros metais e componentes ferrosos (ou não): zinco, carbonos, chumbo, mercúrio, ferro e aços de toda a têmpera e qualidade, todo o tipo de “combinados” além de toda a imundície de que não consta qualquer aproveitamento médico termal, pelo menos, por enquanto!

## Bibliografia

- Argote Jeronimo Contador de, *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado e Braga*. Lisboa. 1732-47.
- Belino Albano, *Inscrições e letreiros da cidade de Braga e algumas freguesias ruraes*. Porto. 1895.
- Caldas J.J Pereira *Apontamentos Geraes sobre os mais notaveis objectos do Distrito de Braga em 1852*. Braga. 1852.
- *Ensayo Analytico das Aguas Ferreas de Santiago de Fraião nos subúrbios de Braga*. Braga. 1851.
- Capela José Viriato, (ver infra, Peixoto).
- Cardoso P. Luiz, *Dicionário Geográfico – Memórias Paroquiais*. Ed. de José Viriato Capela, (As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758.). Braga. 2003).
- Commercio do Minho*. (11, 23.30 Agosto de 1887; 10 e 13 de Setembro de 1887.
- Costa João José da , *Topografia Media do distrito de Braga em “Annaes do Conselho de Saúde Publica do Reino”*. Lisboa. 1840.
- Cunha P. Arlindo Ribeiro da, *A Cividade do Monte das Caldas*. Em “Diário do Minho”. 1947. (3. 11); 1974 (18.5).
- Ferreira Monsenhor José Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Braga. 1928-1935.
- Freitas Bernardino José de Senna, *Memorias de Braga*, Braga. 1890.

Gomes João Baptista Oliveira, *Memórias de Braga*. (Memórias. Arq. Distrital de Braga; Ms. 1039).

Henriques Francisco da Fonseca, *Aquilegio Medicinal em que se da noticias das aguas... de Portugal*. Lisboa. 1726.

Oliveira Aurélio de, *Documentos e Memorias para a História do Barroco Bracara-reense*. "Bracara Augusta". Anos 1998/99.

– *Indústrias em Braga IV. As fábricas de papel do Rio Este*. Braga. Em "Bracara Augusta". Ano. 1993.

– *Clima e colheitas em Portugal. (1500-1850)* Lisboa. 2005.

Oliveira Eduardo Pires de, *As Águas Férreas do Fraião* (Braga). Em "Estudos sobre o Século XVII e XVIII no Minho". Braga. 1996.

– *A Paróquia de S. José de S. Lázaro*. Braga. 1997.

Peixoto Ignacio José, *Memorias Particulares*, ADB: Ms 858 (NB: Publicação recente por José Viriato Capela. Braga. 1992).

Reis Fr. Christovão dos, *Reflexões Experimentaes Methodico-Botanicas*. Lisboa. 1779.

Thadim Manoel Jozé da Silva, *Epoca dos Annaes e Memorias Bracarenses* (Ms.). Braga. (1764).

Teixeira José, *Apontamentos arqueológicos de Braga*. Publicação de Eduardo P. de Oliveira, em "Mínia". N.º 1. 1978. Braga. 1978.

Arquivo Municipal de Braga

- Vereações. (1600-1820).
- Vereações. (1850-1890).
- Liv. das Arrematações e Rendas.
- Liv. de Registos.1755-1786.
- Liv. de Registos (1799-1806).
- Liv. Correspondência (Copiador da).

Biblioteca Nacional

*Notícias Geográficas de Entre Douro e Minho*. (Ms).